

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS ERECHIM**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**VITOR MARQUES PEREIRA**

**PINHEIRO MACHADO: UM ESTUDO POLÍTICO-BIOGRÁFICO ATRAVÉS DE  
SEUS DISCURSOS SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA**

**ERECHIM**

**2025**

**VITOR MARQUES PEREIRA**

**PINHEIRO MACHADO:**  
UM ESTUDO POLÍTICO-BIOGRÁFICO ATRAVÉS DE SEUS DISCURSOS SOBRE  
A REVOLTA DA CHIBATA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de História da Universidade Federal da  
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para  
obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Egas Severo

**ERECHIM**

**2025**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Pereira, Vitor Marques

PINHEIRO MACHADO: UM ESTUDO POLÍTICO-BIOGRÁFICO  
ATRAVÉS DE SEUS DISCURSOS SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA /  
Vitor Marques Pereira. -- 2025.

43 f.:il.

Orientador: Gerson Luis Egas Severo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História, Erechim,RS, 2025.

1. República. 2. Revolta da Chibata. 3. José Gomes  
Pinheiro Machado. 4. discurso politico. I. Severo,  
Gerson Luis Egas, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

**VITOR MARQUES PEREIRA**

**PINHEIRO MACHADO: UM ESTUDO POLÍTICO-BIOGRÁFICO ATRAVÉS DE  
SEUS DISCURSOS SOBRE A REVOLTA DA CHIBATA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de História da Universidade Federal da  
Fronteira Sul (UFFS), como requisito para  
obtenção do título de Licenciatura.

ESTE TRABALHO FOI DEFENDIDO E APROVADO PELA BANCA EM

17/12/2025

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Gerson Luis Egas Severo – UFFS

Orientador

---

Prof. Dr. Renan Santos Mattos – UFFS)

Avaliador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel Rosa Gritti – (UFFS)

Avaliadora

Dedico este trabalho a meus pais, que sempre estiveram comigo em mente durante meus dias mais solitários e reflexivos.

## AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a meu pai, Claudio Pereira, que jamais mediu esforços para me ensinar as “cosas” da cultura sul-rio-grandense, transmitindo o amor pelas nossas raízes, pela política e pelo debate público. Sua influência foi e sempre será fundamental para minha formação como cidadão e como sujeito crítico. E à minha amorosa mãe, Ivonete Marques, professora, que não apenas me alfabetizou, mas também plantou em mim a semente da alegria, do respeito pela educação e da importância da persistência. Seu exemplo de dedicação e de amor pela docência foi, sem dúvida, uma das maiores inspirações da minha trajetória.

Durante os anos na universidade, vivi experiências que mudaram profundamente minha visão de mundo. Ampliei meu repertório cultural, aprendi a enxergar a realidade sob diferentes perspectivas e, sobretudo, entendi o valor do conhecimento como instrumento de transformação. Agradeço, de maneira muito especial, a meu grande amigo e colega Welisson Bernardi, por ter me ajudado a enxergar a vida acadêmica de uma forma rica e plural. As muitas conversas, os muitos chopes partilhados e os momentos de descontração foram tão importantes quanto as horas de estudo, pois me ensinaram que a jornada do conhecimento é feita de alianças.

Por fim, não poderia deixar de agradecer ao professor Gerson Egas Severo, que, com sua escuta sensível dos problemas, angústias e sonhos dos estudantes, dentro e fora da universidade, contribuiu de maneira significativa para minha formação, seja por dicas de livros, autores e ideias que compartilhou, seja pela generosidade em ensinar, orientar e estimular o pensamento crítico.

A todos vocês, meu mais sincero e eterno agradecimento.

Tempo é alguém que permanece

Misterioso impenetrável

Num outro plano imutável

Que o destino desconhece

Por isso a gente envelhece

Sem ver como envelheceu

Quando sente aconteceu

E depois de acontecido

Fala de um tempo perdido

Que a rigor nunca foi seu.

— Jayme Caetano Braun, Do Tempo

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os discursos proferidos pelo senador José Gomes Pinheiro Machado durante a Revolta da Chibata, especificamente no dia 24 de novembro de 1910<sup>1</sup>. A pesquisa parte da leitura dos pronunciamentos registrados no Diário do Senado, buscando compreender como o senador estruturou suas falas em defesa da anistia aos marinheiros dentro do jogo político da Primeira República. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, com base na análise discursiva, considerando as contribuições teóricas de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas sobre as relações entre linguagem, poder e ideologia. A investigação revela que, embora Pinheiro Machado reconhecesse a legitimidade das reivindicações dos revoltosos, sua posição esteve sempre condicionada à preservação da autoridade do Estado. O estudo contribui para a compreensão da cultura política da Primeira República e das contradições entre ordem, cidadania e exclusão social no Brasil do início do século XX.

**Palavras-chave:** República; Revolta da Chibata; Pinheiro Machado; anistia; Discurso político.

---

<sup>1</sup> Este trabalho demonstra maior afinidade temática, metodológica e estrutural com a tese de Diego Speggorin Devincenzi, *A crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915)* (UFRGS, 2018). Assim como o presente estudo, a pesquisa de Devincenzi enfatiza Pinheiro Machado como mediador entre diferentes esferas sociais e políticas, dando ênfase a suas estratégias de conciliação entre ordem estatal e demandas sociais. Tendo em vista os recortes distintos — aqui privilegiando a Revolta da Chibata e os discursos de 24 de novembro de 1910 —, observa-se proximidade na escrita analítica e em propostas interpretativas que entendem Pinheiro Machado como figura central do jogo político da Primeira República.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to analyze the speeches delivered by Senator José Gomes Pinheiro Machado during the Revolt of the Lash, specifically on November 24, 1910. The research is based on his statements published in the Senate's official records and seeks to understand how the senator structured his discourse in defense of amnesty for the sailors within the political dynamics of Brazil's First Republic. The methodology adopted is qualitative and based on discourse analysis, drawing on theoretical contributions by Ciro Flamarion Cardoso and Ronaldo Vainfas regarding the relationship between language, power, and ideology. The findings reveal that although Pinheiro Machado acknowledged the legitimacy of the sailors' demands, his support for amnesty was always conditioned by the need to preserve state authority. This study contributes to a deeper understanding of the political culture of the First Republic and the contradictions between order, citizenship, and social exclusion in early 20th-century Brazil.

**Keywords:** First Republic; Revolt of the Lash; Pinheiro Machado; Amnesty; Political discourse.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Avenida Central (atual Avenida Rio Branco) durante o processo de urbanização do Rio de Janeiro, início do século XX.....	<b>18</b>
<b>Figura 2</b> - Encouraçado Minas Geraes ancorado no Porto do Rio de Janeiro, 1910 .....	<b>20</b>
<b>Figura 3</b> - Encouraçado São Paulo, navio de guerra da Marinha do Brasil, início do século XX.....	<b>20</b>
<b>Figura 4</b> - Contratorpedeiro Deodoro, participante da Revolta da Chibata, início do século XX.....	<b>21</b>
<b>Figura 5</b> - Navio tomado por revoltosos em dezembro de 1910.....	<b>23</b>
<b>Figura 6</b> - José Gomes Pinheiro Machado, aos 15 anos, após alistamento no Corpo de Voluntários da Pátria (Guerra do Paraguai), 1865.....	<b>28</b>
<b>Figura 7</b> - Senador Pinheiro Machado com o Estado-Maior da Divisão do Norte na Revolução de 1893.....	<b>29</b>
<b>Figura 8</b> - Recepção no Palacete do Morro da Graça, com a presença de políticos e oficiais generais.....	<b>32</b>
<b>Figura 9</b> - O palacete localizado no Morro da Graça foi a residência do senador Pinheiro Machado durante sua permanência no Rio de Janeiro.....	<b>33</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1 JUSTIFICATIVA.....	14
1.2 OBJETIVO.....	14
1.3 METODOLOGIA.....	15
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	15
<b>2 A REVOLTA DA CHIBATA E A CONJUNTURA DO INÍCIO DO SÉCULO XX.....</b>	<b>16</b>
2.1.O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	16
2.2. A MARINHA BRASILEIRA: HIERARQUIA, RACISMO E DISCIPLINA.....	21
2.3 A REVOLTA DA CHIBATA: CAUSAS, DESENVOLVIMENTO E REPRESSÃO...23	
<b>3 JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO: O HOMEM, O POLÍTICO, O SENADOR.....</b>	<b>.....26</b>
3.1 TRAJETÓRIA POLÍTICA E INFLUÊNCIA NACIONAL.....	30
<b>4 DISCURSOS DE PINHEIRO MACHADO DURANTE A REVOLTA DA CHIBATA.....</b>	<b>.....33</b>
4.1 RECONHECIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES JUSTAS.....	35
4.2 O DILEMA DA AUTORIDADE.....	36
4.3 POSTURA CONDICIONAL.....	37
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>41</b>
<b>APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE PINHEIRO MACHADO.....</b>	<b>42</b>

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho tem como objetivo analisar os discursos de José Gomes Pinheiro Machado durante a Revolta da Chibata, discursos encontrados nos Anais do Senado Federal, ocorrida no início do século XX no Brasil, mais precisamente em 1910. Através desta análise, buscou-se esclarecer como Pinheiro Machado, uma das principais figuras políticas da Primeira República, posicionou-se e contribuiu para os debates sobre o evento.

A tese central deste trabalho sustenta que a atuação de Pinheiro Machado no Senado, durante a Revolta da Chibata, não foi apenas uma resposta conjuntural, mas uma manifestação da cultura política da Primeira República, marcada pela tensão entre a retórica da ordem e a exclusão social. Para analisar essa trajetória, evita-se a chamada “ A ilusão biográfica”, criticada por Pierre Bourdieu, segundo a qual a vida de um agente público tende a ser interpretada como um percurso linear e coerente. Ao contrário, compreende-se que o nome próprio institui uma identidade social aparentemente constante e durável, assegurando uma unidade artificial do agente através do tempo e dos diferentes espaços sociais, o que tende a ocultar as estratégias, rupturas e interesses que estruturam sua atuação política (BOURDIEU, 2006).

A relevância historiográfica do tema justifica-se pela relativa escassez de estudos que abordem especificamente a atuação parlamentar de Pinheiro Machado durante a Revolta da Chibata. A análise de discursos políticos como fonte primária permite revisitar o episódio sob a ótica do Parlamento, revelando os embates ideológicos e as estratégias políticas de figuras-chave da República Velha.

A Marinha Brasileira do início do século XX era composta majoritariamente por negros e pardos em funções subalternas, em contraste com uma elite branca que ocupava os postos de governança. Esse cenário refletia as desigualdades herdadas do regime escravista, mesmo após a abolição em 1888. A Revolta da Chibata surgiu, assim, como um grito contra os abusos físicos, o autoritarismo e a exclusão social, tornando-se um evento de alta significância para a História Social e Política do Brasil.

Pinheiro Machado, senador gaúcho e articulador influente da política republicana, teve papel relevante nos debates parlamentares sobre o evento. Sua análise é especialmente importante por sua ligação com a república. A escolha por examinar o posicionamento de Pinheiro Machado destaca a importância da retórica política como ferramenta de articulação e mediação de conflitos em contextos de crise. Seus discursos, proferidos no Senado, revelam não apenas a sua visão sobre a Revolta da Chibata, mas também os limites da ação parlamentar diante das pressões sociais, militares e institucionais que marcaram o início do século XX.

Por fim, este trabalho busca contribuir com os estudos sobre a Primeira República ao demonstrar de que modo temas como anistia, punição, cidadania e ordem pública eram discutidos entre os representantes políticos da época. A partir da atuação de um personagem central como Pinheiro Machado, é possível compreender de forma mais ampla os conflitos e contradições do regime republicano, especialmente no que diz respeito à construção de uma identidade nacional marcada pela exclusão racial e social.

## 1.2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os discursos proferidos por José Gomes Pinheiro Machado no Senado Federal durante o período da Revolta da Chibata, no dia 24 de novembro de 1910. A pesquisa busca compreender como o senador construiu politicamente sua intervenção diante da crise provocada pela rebelião dos marinheiros, quais argumentos utilizou para defender a anistia aos revoltosos, e de que maneira suas falas refletiram os valores e tensões que marcavam a Primeira República.

A partir desse objetivo central, propõe-se como objetivos específicos: identificar os elementos centrais da argumentação de Pinheiro Machado nos pronunciamentos parlamentares relacionados à revolta, examinando as categorias de autoridade, ordem, disciplina e clemência presentes em seu discurso. Pretende-se também interpretar as estratégias retóricas utilizadas pelo senador para legitimar sua posição junto ao Senado e ao governo, em um contexto de instabilidade política e social, analisando o conteúdo e a estrutura de suas falas no Diário do Senado; e avaliar como os discursos de Pinheiro Machado dialogaram com a conjuntura imediata do levante e com os discursos de outros parlamentares, buscando compreender o papel que exerceu nas negociações para a concessão de anistia aos marinheiros. Além disso, será considerado o impacto político de sua atuação

discursiva no desfecho da crise e na construção de sua imagem como liderança nacional.

Ao centrar-se nos discursos, a pesquisa pretende contribuir para a compreensão do funcionamento do Senado durante a Primeira República, bem como para os estudos sobre o uso da linguagem política em momentos de crise, destacando o papel de Pinheiro Machado como articulador de soluções institucionais frente a uma revolta protagonizada por setores marginalizados da sociedade brasileira.

### 1.3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho será essencialmente de caráter qualitativo, com foco na análise discursiva dos pronunciamentos de José Gomes Pinheiro Machado no Senado Federal, no decorrer do dia, 24 de novembro de 1910. O principal objeto de estudo será o conteúdo das falas do senador, conforme registrado no Diário do Senado da época, que será utilizado como fonte primária central para a análise.

Para alcançar o objetivo geral de compreender as estratégias discursivas de Pinheiro Machado, será realizada uma análise textual dos discursos, considerando a linguagem política e os discursos de poder presentes em suas falas. A abordagem será influenciada pelos conceitos de retórica política, com ênfase na construção de legitimidade e na manipulação de significados em tempos de crise. Serão analisados elementos como o tom, a estrutura argumentativa e as táticas de persuasão utilizadas pelo senador para defender a anistia aos marinheiros e apoiar a manutenção da ordem republicana.

A análise será guiada por uma perspectiva histórica e discursiva, com base nas contribuições metodológicas de Ciro Flamarion Cardoso e outros autores que refletem sobre a pluralidade de abordagens na pesquisa histórica. Como destaca Cardoso (1997), o estudo da linguagem política exige atenção tanto ao contexto quanto à multiplicidade de sentidos e interpretações que atravessam os textos e os discursos políticos. A análise buscará, assim, compreender como os discursos de Pinheiro Machado não apenas reagem à revolta, mas também participavam da construção da narrativa oficial sobre o evento, defendendo o papel do governo na resolução da crise e assegurando a estabilidade política da República.

Além disso, será feito um **levantamento comparativo** com os discursos de outros parlamentares da época, para identificar convergências e divergências nas posições adotadas em relação à revolta. Esse exercício permitirá situar Pinheiro Machado dentro do **campo político mais amplo** da Primeira República, além de explorar o impacto de sua atuação na configuração da solução do conflito.

A pesquisa será descritiva e analítica, com base em fontes primárias e secundárias. As fontes secundárias incluirão livros, artigos acadêmicos e estudos sobre a Revolta da Chibata. A análise será realizada em três etapas: (1) transcrição e organização dos discursos; (2) análise dos textos; (3) interpretação dos resultados, correlacionando os discursos com o contexto histórico e político.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. Na introdução, apresentam-se a delimitação do tema, a justificativa, os objetivos da pesquisa, a metodologia adotada e a organização do texto.

O primeiro capítulo aborda o contexto histórico da Revolta da Chibata, inserindo o episódio nas tensões sociais, raciais e institucionais do Brasil da Primeira República. São discutidos os fatores que levaram à insatisfação dos marinheiros, a estrutura hierárquica da Marinha e o desenrolar dos acontecimentos entre novembro e dezembro de 1910.

O segundo capítulo dedica-se à figura de José Gomes Pinheiro Machado, sua trajetória política, sua atuação no Senado Federal e sua importância como liderança nacional durante o período republicano. Busca-se compreender sua posição dentro do sistema político da época, bem como suas motivações ao intervir na crise gerada pela revolta.

O terceiro capítulo concentra-se na análise dos discursos proferidos por Pinheiro Machado durante a Revolta da Chibata. Por meio da leitura atenta das transcrições registradas no Diário do Senado, busca-se examinar os argumentos utilizados pelo senador, suas estratégias retóricas, a construção de sua autoridade e os sentidos atribuídos à anistia, à ordem e à estabilidade republicana.

Por fim, nas considerações finais, apresentam-se os resultados obtidos a partir da análise realizada, destacando a contribuição da pesquisa para a

compreensão das práticas discursivas no campo político da Primeira República e sugerindo possíveis desdobramentos para investigações futuras.

## **2 A REVOLTA DA CHIBATA E A CONJUNTURA DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

### **2.1 O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

No início do século XX, o Brasil passava por transformações significativas no campo social, político e tecnológico. A transição da monarquia para a república, ocorrida em 1889, marcou o início de um novo regime, mas não significou, necessariamente, uma ruptura com as estruturas sociais herdadas do período escravista. A chamada Primeira República (1889–1930) foi caracterizada por um sistema político controlado pelas oligarquias estaduais, principalmente São Paulo e Minas Gerais, através da chamada "política do café com leite". Esse pacto informal entre elites regionais era sustentado por mecanismos como o coronelismo, o voto de cabresto e as fraudes eleitorais, que garantiam a manutenção do poder nas mãos de poucos.

Ao mesmo tempo, o país buscava formas de se alinhar aos padrões internacionais de progresso e civilização. A introdução dos primeiros automóveis, a instalação das linhas telegráficas, as experiências iniciais com o rádio e a modernização dos centros urbanos — especialmente no Rio de Janeiro — simbolizavam esse esforço de inserção do Brasil no rol das nações modernas. Na capital federal, reformas urbanas inspiradas no modelo europeu, como a abertura de avenidas largas e a demolição de cortiços, transformaram o espaço urbano, mas também geraram remoções forçadas e aprofundaram a segregação social conforme mostra a figura 1.

Figura 1: Avenida Central, atual avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, RJ



Fonte: Brasiliana Fotográfica. Acervo Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2549>. Acesso em: 5 jun. 2025.

Essas mudanças urbanas e tecnológicas, entretanto, não alteraram a estrutura profunda da sociedade brasileira. A exclusão das camadas populares da vida política e a permanência de profundas desigualdades sociais e raciais revelam a distância entre o discurso de modernização e a realidade vivida pela maioria da população. A República, em seus primeiros anos, consolidou-se como um projeto elitista. Como apontou Aristides Lobo, republicano atuante no processo de 1889, o povo teria assistido aos acontecimentos “bestializado”, sem compreender o que estava ocorrendo, como se visse apenas um desfile militar. Essa afirmação, retomada por José Murilo de Carvalho, foi interpretada como um retrato simbólico da ausência de participação popular ativa na fundação do novo regime, evidenciando os limites da cidadania na República nascente. O autor também resgata a observação do francês Louis Couty, para quem “o Brasil não tem povo”, enfatizando o caráter excludente da República e a distância entre o Estado e a sociedade (Carvalho, 2019, p. 33).

No campo militar, a busca por prestígio internacional levou o Brasil a investir na modernização de suas forças armadas, especialmente a Marinha. Nesse processo, foram adquiridos encouraçados de última geração, como o *Minas Geraes*

<sup>2</sup> e o *São Paulo*, além do contratorpedeiro *Deodoro*, considerados, à época, entre os navios de guerra mais modernos do mundo. Esses navios, que posteriormente seriam dominados pelos marinheiros revoltosos durante a Revolta da Chibata, projetavam uma imagem de potência moderna e organizada para o país. No entanto, internamente, as forças armadas, e particularmente a Marinha, mantinham estruturas marcadas por práticas autoritárias e discriminatórias. A oficialidade era composta, em sua maioria, por homens brancos oriundos das elites, enquanto os marinheiros — em grande parte negros e mestiços — enfrentavam péssimas condições de trabalho, baixos salários, alimentação inadequada e castigos físicos, como a chibata. Essa contradição entre modernização material e permanência de relações sociais excludentes, como aponta Nicolau Sevcenko, revela os limites do projeto republicano e ajuda a compreender as tensões que culminaram na Revolta da Chibata.

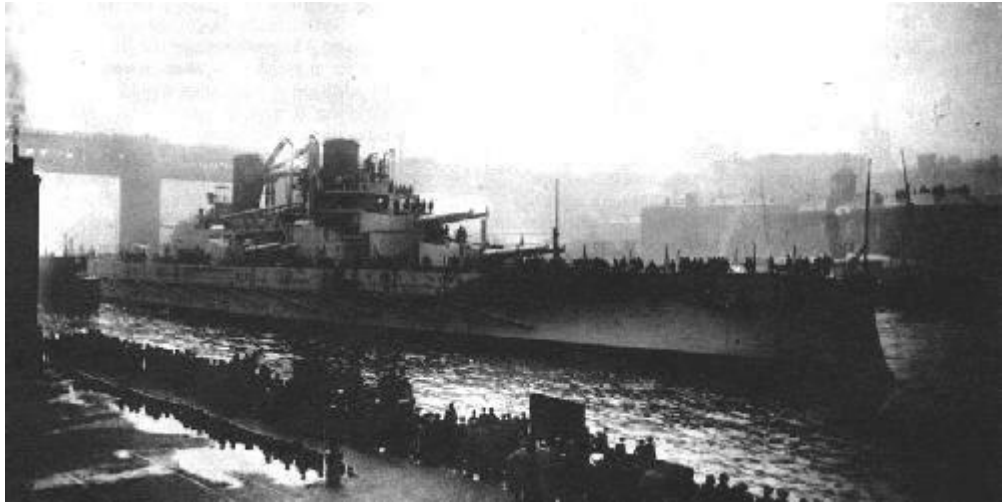
Em paralelo, a Revolta da Chibata não foi a única da República, outras emergiram justificando que a República não teve um início bom e estável. Como demonstra Nicolau Sevcenko, o regime republicano foi marcado por uma 'modernização autoritária' que, em vez de incluir a população, priorizou o controle rígido das massas e a satisfação dos interesses das elites.

Essa instabilidade manifestou-se em diversos levantes populares, pois, para a grande parcela da sociedade composta por ex-escravizados e trabalhadores pobres, a nova ordem política não significou a conquista de direitos, mas sim o agravamento da exclusão e da violência estatal. Assim, movimentos como a Revolta da Vacina e a própria Revolta da Chibata revelam que a estabilidade da Primeira República era apenas superficial, escondendo um cenário de profunda tensão social e resistência contra um projeto de nação que ignorava as necessidades básicas do povo. (Sevcenko, 2013, p. 13 e 14)

---

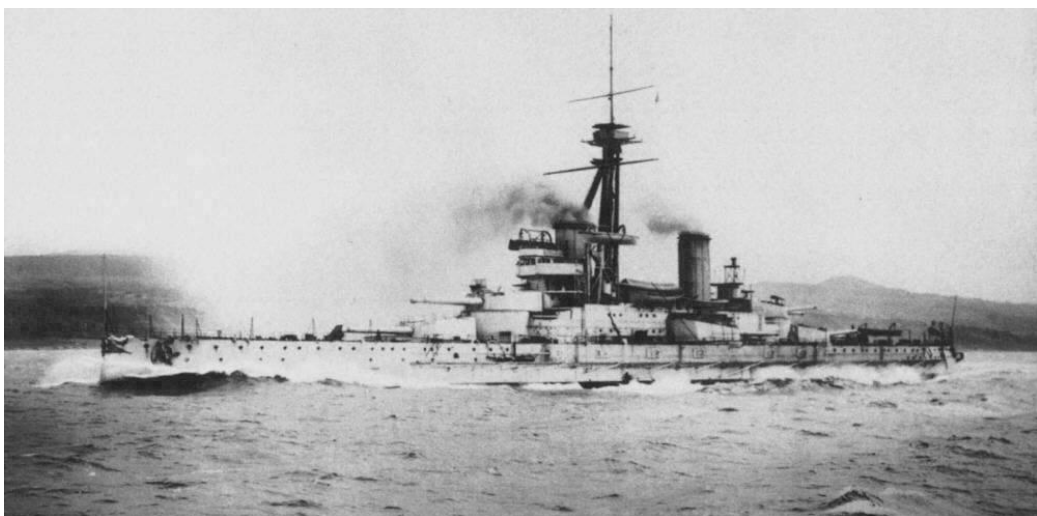
<sup>2</sup> Mantem-se a grafia original do nome, conforme utilizado na época.

Figura 2 – Encouraçado Minas Geraes ancorado no Porto do Rio de Janeiro, 1910



Fonte: BRASIL. Marinha do Brasil. **Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) Almirante Sabóia - G 20**. In: NGB - Navios de Guerra Brasileiros. [S.l.]: Naval.com.br, [2025]. Disponível em: <https://www.naval.com.br/ngb/M/M064/M064.htm>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Figura 3 – Encouraçado São Paulo, navio de guerra da Marinha do Brasil, início do século XX.



Fonte: BRASIL. Marinha do Brasil. **Navio-Patrolha Oceânico (NPO) Amazonas - P 120**. In: NGB - Navios de Guerra Brasileiros. [S.l.]: Naval.com.br, [2025]. Disponível em: <https://www.naval.com.br/ngb/S/S031/S031.htm>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Figura 4 – Contratorpedeiro Deodoro, participante da Revolta da Chibata, início do século XX.



Fonte: NOVO MILÊNIO. **Santos - fotos antigas - Encouraçado Deodoro no porto, início séc. XX.** [S.l.]: Novo Milênio, 2010. Disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos322.htm>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Foi nesse contexto de contradições — entre a modernização técnica e o atraso social — que se formou o ambiente propício para a eclosão de uma revolta. Em novembro de 1910, apenas semanas após a posse do presidente Hermes da Fonseca, estourou a Revolta da Chibata, liderada por João Cândido Felisberto e outros marinheiros. O movimento surgiu como reação direta à continuidade dos castigos físicos dentro da Marinha, mas também expressava o acúmulo de frustrações diante de uma estrutura militar profundamente autoritária, racista e desigual.

É nesse cenário de modernização excludente e de tensões sociais, especialmente nas instituições militares, que se insere o funcionamento da Marinha Brasileira, como será analisado a seguir. A posse de Hermes da Fonseca, em novembro de 1910, marcava a reafirmação da influência militar na política nacional.

Em seu discurso, o marechal declarou: “Aceito a tarefa de governar com o firme propósito de manter a ordem, respeitar as leis e assegurar a autoridade”<sup>3</sup>. Tal postura, típica do legado deixado pela República da Espada, encontrava resistência em figuras como Ruy Barbosa, defensor de um modelo de República civil e liberal. Esse embate entre diferentes projetos de poder ajuda a compreender o contexto político imediato da Revolta da Chibata, que eclodiria poucos dias depois da posse presidencial.

## 2.2 A MARINHA BRASILEIRA: HIERARQUIA, RACISMO E DISCIPLINA

No início do século XX, a Marinha do Brasil representava, ao mesmo tempo, um dos símbolos da modernização militar e um espaço marcado por estruturas autoritárias herdadas do período escravista. Após a Proclamação da República (1889), as Forças Armadas ganharam um papel central na consolidação do novo regime, especialmente a Marinha, que passava por um processo de reequipamento e modernização técnica. Entretanto, esse avanço tecnológico não foi acompanhado por transformações nas relações sociais e de trabalho dentro da corporação. A hierarquia rígida, o racismo institucionalizado e a disciplina fundada na violência física evidenciavam um abismo entre os ideais republicanos e a prática militar cotidiana.

A Marinha brasileira, no pós-abolição, tornou-se um espaço paradoxal para os jovens pobres e negros do país. Ao mesmo tempo em que oferecia soldo, alimentação regular e acesso a cuidados médicos, funcionava também como instrumento de controle social e disciplinamento. O alistamento nem sempre era voluntário — muitas vezes resultava de ações coercitivas do Estado sobre a população “desocupada”. Conforme aponta Sílvia Capanema, “vestir o uniforme de marinheiro [...] tanto podia significar uma iniciativa forçada pela coerção policial [...] quanto uma alternativa para a população mais pobre em busca da possibilidade de adquirir formação, soldo, acesso ao tratamento médico, um leito e alimentação regular” (ALMEIDA, 2012, p. 16). Assim, o ingresso na Marinha se dava dentro de uma lógica de exclusão social e racial que se prolongava mesmo após o fim da escravidão.

---

<sup>3</sup> Hermes era sobrinho de Deodoro, o primeiro presidente do Brasil, e foi seu apoiador na proclamação da República.

A composição racial da Marinha também evidencia a desigualdade presente em sua estrutura. Em 1911, no contexto pós-Revolta da Chibata, o ex-tenente Macedo Soares estimou que 50% dos marinheiros eram negros, 30% mulatos, 10% caboclos e apenas 10% brancos ou quase brancos. Esses dados, como observa Almeida, revelam que “quase 70% deles eram considerados não brancos” (ALMEIDA, 2012, p. 17). A racialização do corpo dos marinheiros era tão intensa que, para muitos observadores estrangeiros, os revoltosos eram identificados antes de tudo como “negros amotinados”, não como soldados brasileiros. Isso reforça a ideia de que, mesmo inseridos formalmente em uma instituição nacional, esses homens eram vistos de maneira subalterna, racializada e excludente.

Figura 5 – Navio tomado por revoltosos em dezembro de 1910



Fonte: REVOLTA NAVAL; navio durante ataque. Fotografia. **Acervo Instituto Moreira Salles**. Rio de Janeiro, dez. 1910. **Autoria não identificada**. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/748882>. Acesso em: 15 nov. 2025.

As práticas disciplinares dentro da Marinha seguiam moldes autoritários herdados do regime escravocrata. Os baixos salários, os longos períodos de engajamento compulsório e a continuidade dos castigos físicos compunham uma rotina de violência institucionalizada. Segundo a historiadora Sílvia Capanema, “as condições de vida e de trabalho eram precárias, marcadas por baixos soldos, por longos períodos de engajamento compulsório [...] e ainda por excesso de trabalho, castigos físicos, preconceito e relações cotidianas difíceis” (ALMEIDA, 2012, p. 18). Nesse cenário, a “disciplina” imposta aos marinheiros se confundia com a repressão, funcionando como mecanismo de controle sobre uma tropa composta majoritariamente por jovens negros e pobres.

O racismo institucional ficava evidente nas palavras dos próprios oficiais. O ex-tenente Macedo Soares, em texto publicado após a Revolta da Chibata, descrevia os marinheiros como sujeitos “preguiçosos” e “incapazes de progredir”, atribuindo essas supostas características à raça dos mesmos. Ele afirmava que “a massa dos marinheiros oferece a mais propícia cultura do vício e do crime” (ALMEIDA, 2012, p. 18-19). Tal discurso revela a permanência de ideologias racistas mesmo após a abolição, reforçando o estigma que recaía sobre os corpos negros dentro da Marinha. Ao mesmo tempo, justifica a violência estatal como uma necessidade para manter a ordem, naturalizando desigualdades e apagando as resistências dos marinheiros. Essas condições de exploração e violência criaram um ambiente insustentável dentro da Marinha, culminando na eclosão da revolta que ameaçaria a autoridade da República recém-consolidada.

### 2.3 A REVOLTA DA CHIBADA: CAUSAS, DESENVOLVIMENTO E REPRESSÃO

Na noite de 22 de novembro de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca, que assumia a presidência da República havia apenas sete dias, depois de disputadíssimo pleito eleitoral, no qual lutara contra o prestígio intelectual e político do Senador Ruy Barbosa, achava-se em uma recepção na Tijuca, onde se homenageava seu irmão, quando recebeu comunicação do palácio que a Esquadra, ou parte dela, revoltara-se. Regressou imediatamente para a sede do Governo, já aí encontrando os Ministros da Guerra, da Justiça e da Marinha, este o Almirante Joaquim Batista Marques de Leão, também havia sete dias no Ministério. As notícias iniciais diziam que o movimento envolvia apenas as guarnições, atingindo no momento os Encouraçados Minas Gerais e São Paulo e o Scout Bahia, não se conhecendo ainda o destino dos oficiais das divisões de serviço, que pernoitavam a bordo. (Martins, 1988, p. 21)

A eclosão da Revolta da Chibata, em novembro de 1910, deve ser compreendida à luz de múltiplas determinações históricas, estruturais e conjunturais, que se articularam no contexto contraditório da Primeira República. Embora o Brasil buscasse projetar uma imagem de modernidade, especialmente no plano técnico e militar, profundas desigualdades sociais e raciais continuavam a marcar a realidade cotidiana, particularmente nas Forças Armadas. A Marinha de Guerra, mesmo após a aquisição de encouraçados de última geração como o Minas Gerais e o São Paulo, mantinha práticas disciplinares violentas e autoritárias herdadas do período escravista. Essa contradição entre a modernização tecnológica da frota e a permanência de métodos arcaicos de controle social constitui um dos principais paradoxos do regime republicano, evidenciado no levante dos marinheiros.

A composição social da Marinha acentuava essa tensão. Seus efetivos eram majoritariamente formados por homens negros, mulatos e oriundos das camadas populares urbanas e rurais, marginalizados econômica e politicamente. Embora juridicamente livres, esses marinheiros eram submetidos a um cotidiano de subordinação extrema: jornadas de trabalho extenuantes, alimentação insuficiente, salários irrisórios e uma disciplina baseada em castigos corporais — prática oficialmente extinta no papel, mas ainda largamente aplicada na rotina naval. A chibata, símbolo máximo desse sistema disciplinar, era empregada como instrumento de “correção moral”, reafirmando não apenas a autoridade dos oficiais, mas também uma hierarquia racializada existente na instituição. O racismo institucional operava como mecanismo de naturalização da violência, legitimando o tratamento brutal dos subalternos em nome da ordem e da disciplina.

Conforme descreve Renata Nogueira ao analisar a repercussão da Revolta da Chibata nas páginas da revista *O Malho*:

“A Marinha de Guerra do Brasil era composta por um efetivo majoritariamente de negros e mulatos, herdeiros diretos da escravidão recém-abolida, recrutados das camadas mais pobres da sociedade. Mesmo livres perante a lei, esses homens viviam sob um regime disciplinar severo, marcado por jornadas de trabalho duras, alimentação insuficiente e castigos físicos recorrentes. A chibata, longe de ser apenas um instrumento punitivo, simbolizava a permanência de práticas escravocratas e de uma hierarquia racializada no interior da instituição. Essa realidade, frequentemente denunciada nas páginas da imprensa e das revistas ilustradas, evidenciava a persistência do racismo institucional e da exclusão social na Primeira República” (Nogueira, 2018, p. 138-139).

O episódio que precipitou a revolta ilustra com clareza esse quadro repressivo. Em 21 de novembro de 1910, o marinheiro Marcelino Rodrigues Menezes foi condenado a receber duzentas e cinquenta chibatadas sob a acusação de insubordinação. A pena foi aplicada publicamente a bordo do encouraçado Minas Geraes, um dos símbolos do “progresso” e da soberania nacional recém-adquiridos pelo Estado brasileiro. A cena, presenciada por dezenas de colegas de tripulação, causou indignação generalizada. O castigo não foi percebido apenas como um ato de crueldade isolado, mas como evidência de que, sob a aparência republicana, a lógica senhorial e autoritária herdada da escravidão ainda estruturava as relações de poder dentro da Marinha, e, por extensão, do próprio Estado brasileiro.

Ainda segundo Nogueira:

“O castigo sofrido por Marcelino Rodrigues Menezes não foi um caso isolado, mas sim a expressão de uma prática corriqueira no cotidiano dos marinheiros. A violência institucionalizada, frequentemente legitimada pelo discurso da manutenção da ordem, era denunciada tanto pelos revoltosos quanto por parte da imprensa, que expôs a contradição entre os ideais republicanos e a realidade vivida pelos trabalhadores da Marinha” (Nogueira, 2018, p. 140).

Esse episódio atuou como estopim imediato para o levante organizado pelos marinheiros. Liderados por João Cândido, os revoltosos apresentaram não apenas uma pauta disciplinar, mas uma crítica contundente à exclusão da cidadania no Brasil republicano. A Primeira República, embora fundada sobre os ideais liberais de liberdade, igualdade e representação, excluía a maior parte da população, sobretudo os negros, pobres e analfabetos, do exercício efetivo dos direitos políticos e civis. A Marinha, nesse sentido, funcionava como um microcosmo dessa exclusão mais ampla: nela, o controle violento, a ausência de representação e a negação da dignidade dos subalternos reproduziam os limites do projeto republicano. A Revolta da Chibata, portanto, foi mais do que uma reação à violência institucional; foi uma afirmação política de sujeitos historicamente marginalizados que exigiam reconhecimento, respeito e acesso à cidadania que lhes era sistematicamente negada.

No âmbito parlamentar, as discussões em torno da anistia aos revoltosos, especialmente o embate entre Rui Barbosa e Pinheiro Machado, revelam os impasses da cidadania e da democracia na Primeira República. Como analisa Arthur Luiz Grechi de Carlos:

“O debate parlamentar sobre a anistia dos marinheiros explicitou os limites da inclusão política e social no Brasil republicano. As divergências entre Rui Barbosa e Pinheiro Machado, por exemplo, não se restringiam à legalidade ou à oportunidade da anistia, mas envolviam visões opostas sobre a natureza da cidadania e sobre os mecanismos de acesso aos direitos civis. O episódio evidencia como, mesmo após a concessão da anistia, as marcas do autoritarismo e da exclusão continuaram a balizar as relações entre o Estado e os segmentos subalternos da sociedade” (Carlos, 2017, p. 140-142).

Diante de tudo isso, fica claro como o contexto da Revolta da Chibata e as discussões sobre cidadania envolviam muito mais do que apenas uma crise militar. No meio desse cenário, aparece José Gomes Pinheiro Machado, uma figura-chave

do período. Ele teve papel importante tanto nas decisões políticas que influenciaram o desenrolar da revolta quanto nos debates sobre o futuro da República. Por isso, conhecer melhor quem foi Pinheiro Machado, sua trajetória, suas ideias e como atuava no Senado é essencial para entender por que ele teve tanta influência naquele momento. No próximo capítulo, abordaremos a vida desse senador gaúcho, tentando mostrar como sua história pessoal e política se conectou com os acontecimentos daquele período e ajudou a moldar a história do Brasil republicano.

### **3 – JOSÉ GOMES PINHEIRO MACHADO: O HOMEM, O POLÍTICO, O SENADOR**

José Gomes Pinheiro Machado nasceu em 8 de maio de 1851, na cidade de Cruz Alta, no Rio Grande do Sul. Era filho de Francisco José Pinheiro Machado, paulista que migrou para o sul do Brasil em busca de novas oportunidades. O pai tornou-se uma das figuras de destaque em Cruz Alta, consolidando respeito e influência na região por meio do trabalho, das alianças políticas e de sua atuação pública (Devincenzi, 2018).

Além da atuação em Cruz Alta, Francisco José Pinheiro Machado construiu relações patrimoniais e políticas na região de São Luiz Gonzaga, nas Missões. Nessa localidade, adquiriu terras e fortaleceu laços com outras famílias influentes, ampliando ainda mais a rede de alianças e o prestígio dos Pinheiro Machado. Esse contexto contribuiu para que José Gomes crescesse em um ambiente marcado pela disputa política e pelo poder econômico regional (Devincenzi, 2018).

Foi em Cruz Alta que José Gomes se formou, em meio a um ambiente de intensas rivalidades. Seu pai era adversário direto de Gaspar Martins, um dos grandes nomes da política do Rio Grande do Sul. Outro personagem importante nesse cenário era Júlio de Castilhos, amigo pessoal de Pinheiro Machado, que se tornou figura-chave do republicanism gaúcho e principal rival de Gaspar Silveira Martins, líder do grupo federalista. Essas disputas, que dividiam famílias e cidades, ajudaram a formar a base do chamado “partidarismo gaúcho” (Villagra Neto, 2012).

Aos 14 anos, Pinheiro Machado tomou uma decisão marcante: alistou-se entre os Voluntários da Pátria para lutar na Guerra do Paraguai. O conflito foi um dos momentos mais duros do século XIX brasileiro, e estar presente no front, ainda adolescente, foi fundamental para seu amadurecimento e construção da liderança.

Na guerra, conviveu com soldados de várias regiões do país e enfrentou as dificuldades do campo de batalha, o que o marcou para o resto da vida. Ao retornar, ganhou o respeito da comunidade local, sendo reconhecido por sua coragem e senso de dever (Duarte, 2007).

Figura 6 – José Gomes Pinheiro Machado, aos 15 anos, após alistamento no Corpo de Voluntários da Pátria (Guerra do Paraguai), 1865.



Fonte: TecnoCrata. **Senador Pinheiro Machado**. Fotografia. *In*: WIKIMEDIA COMMONS. [S.l.]: [s.n.]. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Senador\\_Pinheiro\\_Machado\\_004.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Senador_Pinheiro_Machado_004.jpg). Acesso em: 8 jun. 2025.

Depois do retorno da guerra, Pinheiro Machado decidiu investir nos estudos e ingressou na tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo. Lá, viveu um ambiente de debates políticos intensos, contato com jovens de todo o Brasil e formação de redes que o acompanhariam na vida política. O curso em São Paulo ampliou seus horizontes e o aproximou dos ideais republicanos e das principais lideranças que mais tarde estariam à frente do país (Devincenzi, 2018).

Ao voltar ao Rio Grande do Sul, já formado em Direito, Pinheiro Machado rapidamente se destacou como advogado e logo mergulhou de vez nas disputas

políticas regionais. Consolidou sua vida pessoal ao casar-se com Maria José da Silva Tavares, jovem de família tradicional, fortalecendo laços familiares e alianças sociais importantes. O casamento deu ainda mais prestígio e suporte às suas atividades políticas (Devincenzi, 2018).

Na década de 1890, Pinheiro Machado ganhou projeção nacional ao assumir papel de destaque na Revolução Federalista, episódio central na história do Rio Grande do Sul. É nesse contexto que surgem as figuras dos chimangos e dos maragatos, duas facções que dividiam o estado e que se enfrentaram em batalhas e disputas políticas durante anos. Os chimangos representavam o grupo republicano, liderado por Júlio de Castilhos e apoiado fortemente por Pinheiro Machado. Defendiam a centralização do poder estadual e o fortalecimento das instituições republicanas. Já os maragatos eram liderados por Gaspar Silveira Martins e representavam os federalistas, que defendiam mais autonomia para as províncias e eram críticos do domínio castilhista sobre o estado (Villagra Neto, 2012).

Durante a Revolução Federalista, Pinheiro Machado comandou as tropas republicanas (chimangos) no sul do estado, enfrentando os maragatos em batalhas decisivas. Sua liderança foi fundamental para garantir a vitória dos castilhistas e a pacificação do estado, ainda que o clima de rivalidade persistisse por muitos anos. Essa atuação militar e política consolidou sua reputação de chefe político e mediador, e abriu caminho para sua entrada definitiva no cenário nacional (Devincenzi, 2018).

**Figura 7** – Senador Pinheiro Machado com o Estado-Maior da Divisão do Norte na Revolução de 1893.



Fonte: Fotografia tirada por Vitor Marques Pereira no Museu Municipal Senador Pinheiro Machado, São Luiz Gonzaga/RS, em 27 de dezembro de 2023.

A imprensa da época acompanhou de perto esses acontecimentos. Como destaca Luiz Antônio Farias Duarte (2007), Pinheiro Machado era retratado ora como herói e defensor da ordem, ora como articulador de bastidores, dependendo do viés dos jornais. Charges, caricaturas e reportagens ajudaram a transformar sua imagem pública e a consolidar seu nome como símbolo das disputas políticas do sul do Brasil.

Todo esse percurso — da influência da família em Cruz Alta e São Luiz Gonzaga, da experiência como Voluntário da Pátria, da formação intelectual em São Paulo, do casamento, até a liderança dos chimangos na Revolução Federalista — preparou Pinheiro Machado para atuar na política nacional. Sua trajetória é marcada pela habilidade de transitar entre campos opostos, negociar, fazer alianças e liderar tanto pelo exemplo quanto pela capacidade de articulação.

Com essa bagagem, Pinheiro Machado viria a transformar sua vivência regional e familiar em uma carreira de grande destaque na política do Brasil, tema que será aprofundado no próximo tópico.

### 3.1 TRAJETÓRIA POLITICA E INFLUÊNCIA NACIONAL

No Senado Federal, Pinheiro Machado construiu uma das trajetórias mais marcantes da Primeira República, projetando-se como um verdadeiro “chefe do Senado” e um dos principais articuladores do poder político no Brasil daquele tempo. Sua atuação era pautada por intensa participação nos debates legislativos, negociações nos bastidores e domínio das regras do jogo parlamentar. Como destaca Diego Speggorin Devincenzi:

“Pinheiro Machado assumiu o papel de liderança nacional a partir do controle do Senado Federal, tornando-se referência para grande parte das lideranças estaduais e nacionais” (Devincenzi, 2018, p. 106).

A força de Pinheiro Machado estava, sobretudo, na capacidade de construir alianças e mediar conflitos, tanto no âmbito do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) quanto nas relações com outros grupos regionais e nacionais. Segundo Deomar Villagra Neto:

“a sua autoridade política resultava, em larga medida, do poder de articulação e da habilidade de costurar acordos em torno dos temas legislativos mais sensíveis, frequentemente assumindo a posição de árbitro entre as diferentes bancadas do Senado” (Villagra Neto, 2012, p. 65).

O senador gaúcho utilizava o Senado como uma plataforma de projeção de seu poder e influência. Não era raro vê-lo conduzindo sessões, organizando votações decisivas e negociando nos corredores do parlamento a aprovação de projetos de interesse do PRR e do governo federal. Como aponta Luiz Antônio Farias Duarte:

“Pinheiro Machado sabia como poucos como se faziam e desfaziam as maiorias no Senado, dominando o cenário político de tal maneira que sua presença era sentida até mesmo quando silenciava nas discussões” (Duarte, 2007, p. 141).

Em várias ocasiões, sua atuação foi fundamental para o desfecho de crises políticas, como nas articulações para garantir a eleição de Hermes da Fonseca, ou ainda na elaboração da chamada “Política das Salvações”, na qual liderou acordos para intervenções federais em estados tidos como rebeldes ou instáveis. Devincenzi observa:

“O Senado tornou-se, sob a liderança de Pinheiro Machado, o principal espaço de negociação política do período, sendo o palco onde se selavam as alianças e se pacificavam as crises institucionais” (Devincenzi, 2018, p. 132).

O cotidiano de Pinheiro Machado no Senado era marcado por uma rotina intensa de reuniões, participação ativa em comissões, articulação de emendas e monitoramento de votações. Sua mesa era ponto de passagem obrigatória para políticos de todas as regiões do país em busca de apoio, orientação ou intermediação de conflitos. Conforme Villagra Neto,

“Pinheiro Machado fez do Senado sua base de poder, exercendo um controle rigoroso sobre a bancada do PRR e sobre as pautas consideradas prioritárias para o governo central” (Villagra Neto, 2012, p. 69).

Ao mesmo tempo, sua atuação pragmática e, muitas vezes, reservada aos bastidores, rendeu-lhe críticas de adversários e da imprensa, que por vezes o retratavam como símbolo do fisiologismo e das práticas de troca de favores. Segundo Duarte:

“era acusado de mandar mais que os presidentes, tamanha era sua influência sobre indicações, nomeações e decisões políticas relevantes” (Duarte, 2007, p. 144).

Por outro lado, era reconhecido até por rivais como um político de rara habilidade. Muitos viam nele o responsável por garantir a estabilidade institucional e o funcionamento do sistema representativo. Como destaca Devincenzi:

“foi Pinheiro Machado quem, nos momentos de maior incerteza, conseguiu apaziguar ânimos, evitar rupturas e conduzir soluções negociadas para impasses que poderiam ameaçar a ordem republicana” (Devincenzi, 2018, p. 139).

Esse conjunto de práticas, que combinava domínio do regimento, habilidade de negociação, capacidade de liderança e senso estratégico, fez de Pinheiro Machado uma das figuras mais emblemáticas do Senado na Primeira República. Sua presença constante nas sessões, a escuta atenta dos colegas e a disposição para acordos de última hora consolidaram sua fama de “homem forte do parlamento brasileiro”.

**Figura 8** – Recepção no Palacete do Morro da Graça, com a presença de políticos e oficiais gerais. Ao centro, o senador Pinheiro Machado. O evento simbolizava o

prestígio do senador entre as principais lideranças civis e militares da República Velha.



Fonte: Wikipédia. **Palacete do Morro da Graça**. [S.l.: s.n.], [2025?]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Palacete\\_do\\_Morro\\_da\\_Gra%C3%A7a](https://pt.wikipedia.org/wiki/Palacete_do_Morro_da_Gra%C3%A7a). Acesso em: 8 jun. 2025.

Assim, a atuação de Pinheiro Machado no Senado não só garantiu sua projeção nacional, como moldou os rumos do poder legislativo durante décadas. Ele é lembrado, ainda hoje, como exemplo de liderança política, seja pela força de sua articulação ou pelas controvérsias que cercaram sua carreira.

Além de sua atuação intensa no Senado e nos bastidores do poder, Pinheiro Machado também se destacava pelo espaço que ocupava na vida social e política do Rio de Janeiro. Sua residência, o famoso Palacete do Morro da Graça, localizava-se em um dos pontos mais altos e nobres da cidade, servindo como palco de importantes recepções, reuniões políticas e encontros entre membros da elite republicana, civis e militares. O Morro da Graça tornou-se símbolo do prestígio e da influência de Pinheiro Machado, funcionando tanto como espaço privado de sociabilidade quanto como arena de articulação política, onde decisões e alianças relevantes para os rumos da República Velha eram frequentemente delineadas.<sup>4</sup>

Figura 9 - O palacete localizado no Morro da Graça foi a residência do senador Pinheiro Machado durante sua permanência no Rio de Janeiro

<sup>4</sup> - Atualmente, o Palacete do Morro da Graça foi transformado em um condomínio particular composto por três edifícios. O palacete original foi convertido para abrigar dezesseis apartamentos, com áreas variando entre 60 e 95 metros quadrados.



Fonte: Wikipédia. **Palacete do Morro da Graça**. [S.l.: s.n.], [2025]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Palacete\\_do\\_Morro\\_da\\_Gra%C3%A7a](https://pt.wikipedia.org/wiki/Palacete_do_Morro_da_Gra%C3%A7a). Acesso em: 8 jun. 2025.

#### **4 – DISCURSOS DE PINHEIRO MACHADO DURANTE A REVOLTA DA CHIBATA**

Após percorrer todo o contexto histórico referente ao período que será analisado — especialmente a Revolta da Chibata — e realizar um levantamento bibliográfico sobre José Gomes Pinheiro Machado, passamos à etapa central deste trabalho: a análise de seus discursos no Senado Federal, precisamente nos dias em que os marinheiros se insurgiram por melhores condições de vida e trabalho.

A análise dos pronunciamentos de José Gomes Pinheiro Machado no contexto da Revolta da Chibata representa uma oportunidade singular para compreender os mecanismos de construção discursiva do poder e os desafios enfrentados pela política republicana no início do século XX. Ao focalizar as intervenções do senador, este capítulo não se limita a reconstruir um episódio da história política brasileira, mas busca evidenciar as estratégias argumentativas, os valores defendidos e as tensões que permeavam o cenário da Primeira República.

O exame desses discursos parte da premissa, debatida por Cardoso e Vainfas (1997), de que a linguagem política é sempre atravessada por disputas de sentido, pela construção de consensos e pela legitimação de posições de poder. Como apontam os autores em *Domínios da História*, todo discurso histórico é uma tentativa de dar sentido ao passado, organizando memórias e identidades; nesse processo, o agente histórico não apenas descreve, mas também atua sobre o real. Assim, ao analisar as palavras de Pinheiro Machado — em especial sua defesa

enfática da anistia aos marinheiros e o apelo à ordem institucional —, este capítulo se ancora em uma abordagem discursiva fundamentada na ideia de que os discursos não apenas refletem a realidade, mas também produzem efeitos concretos na configuração da política e da sociedade.

Além dos referenciais metodológicos, as contribuições de Devincenzi (2018) e Villagra Neto (2012) são fundamentais para situar Pinheiro Machado como figura central no jogo político republicano, evidenciando como mobilizava a retórica tanto para negociar alianças quanto para administrar crises. Como mostram esses autores, o senador transitava com habilidade entre o pragmatismo e o ideal republicano, ajustando seus discursos para responder às demandas do momento — seja ao reconhecer “as justas reclamações dos revoltosos”, seja ao afirmar que “o Senado não pode se omitir diante da gravidade dos acontecimentos”. Desse modo, a análise aqui proposta considera não apenas o conteúdo dos discursos, mas também sua forma, estrutura argumentativa e impactos simbólicos, conforme recomenda Duarte (2007) ao estudar a construção pública da imagem do senador nos jornais e no espaço parlamentar.

Assim, ao longo deste capítulo, os discursos de Pinheiro Machado serão examinados como objetos históricos e fontes privilegiadas para a compreensão dos embates em torno da cidadania, da ordem e da legitimidade no Brasil republicano. O objetivo é demonstrar de que modo, por meio de suas palavras, Pinheiro Machado buscou atuar como mediador de interesses, pacificador de conflitos e articulador do projeto republicano, valendo-se de uma retórica capaz de dialogar tanto com os anseios populares quanto com as exigências institucionais. Ao integrar as contribuições teóricas e historiográficas discutidas ao longo deste trabalho, busca-se oferecer uma leitura crítica e aprofundada das falas do senador, valorizando a análise discursiva como instrumento fundamental para compreender as múltiplas dimensões da história política brasileira.

Através de toda uma recapitulação, entraremos em discussão sobre os discursos,

#### 4.1 RECONHECIMENTO DAS REINVINDICAÇÕES JUSTAS

O discurso proferido pelo senador Pinheiro Machado, na sessão do Senado Federal em 24 de novembro de 1910, durante os acontecimentos da Revolta da

Chibata, evidencia uma postura notavelmente consciente das mazelas sociais enfrentadas pelos marinheiros da Armada Nacional. Embora politicamente alinhado às oligarquias dominantes da Primeira República, Pinheiro Machado faz questão de registrar, logo no início de sua fala, o reconhecimento da legitimidade das reivindicações dos revoltosos.

O senador admite que a sublevação ocorrida decorre diretamente de práticas desumanas, que iam na contramão dos princípios republicanos e dos valores da civilização moderna. Como afirma o próprio senador:

“Incontestavelmente, temos sobeja razão, afirmando que a insurreição é o produto de abusos inqualificáveis, criminosos. Alguns são flagrante violação da lei, contrários aos nossos sentimentos brandos e aos deveres que a humanidade impõe, condenatórios da prática de castigos aviltantes como recursos disciplinares.” (Pinheiro Machado, 1910, p. 204)

Pinheiro Machado demonstra, portanto, uma consciência social que, à primeira vista, pode parecer destoar da sua imagem pública enquanto articulador do sistema oligárquico da República Velha. Contudo, sua fala deixa claro que, embora contrário à insurreição em si, ele entende que o levante teve origem em problemas estruturais, e que tais questões precisavam ser enfrentadas pelo Estado brasileiro.

A crítica aos castigos corporais é direta e contundente. Ele declara:

“Esses castigos degradam o homem, tirando-lhe o brio e as condições primárias para bem cumprir o dever e, com consciência, defender a honra e a dignidade da Nação.” (Pinheiro Machado, 1910, p. 204)

O senador vai além ao afirmar que os castigos físicos são incompatíveis com o regime republicano, com as leis e com o estágio civilizacional que o Brasil almejava alcançar. Sua fala revela, assim, uma preocupação maior com a contradição entre os valores proclamados pela República e as práticas efetivamente aplicadas no interior das forças armadas.

Ainda dentro deste contexto, Pinheiro Machado ressalta as péssimas condições de vida dos marinheiros e a negligência do Estado em relação às suas demandas básicas:

“A alimentação escassa, serviço exagerado, castigos corporais, que não se coadunam mais com o nosso regime liberal, com a lei, nem com a civilização atual e a cultura democrática a que temos atingido.” (Pinheiro Machado, 1910, p. 204)

Além disso, sua crítica não se limita às forças armadas, estendendo-se também aos funcionários públicos civis de menor escalão, historicamente desamparados:

“Os direitos dos que trabalham, dos que mourejam, dos humildes, são os esquecidos neste regime de igualdade!” (Pinheiro Machado, 1910, p. 206)

Ao trazer esses elementos à tona, o discurso de Pinheiro Machado se revela uma fonte de grande valor para a compreensão das tensões sociais da Primeira República. Apesar de seu alinhamento com os setores conservadores, ele não deixa de reconhecer que a manutenção da ordem não poderia se dar à custa da dignidade humana dos trabalhadores da Marinha, nem tampouco pela perpetuação de práticas anacrônicas, como o uso da chibata como método disciplinar.

#### 4.2 O DILEMA DA AUTORIDADE

Se, por um lado, Pinheiro Machado demonstra sensibilidade social frente às demandas dos marinheiros, por outro, seu discurso é profundamente marcado pela preocupação com a preservação da autoridade do Estado e das instituições republicanas. Este aspecto do seu discurso revela-se central para entender o dilema que perpassa não apenas sua fala, mas também toda a lógica de funcionamento da República Velha: a manutenção da ordem e da autoridade como elementos fundamentais à estabilidade do regime. Ele deixa isso evidente quando afirma que:

“Por mais justas que sejam – e o são – as reclamações dos revoltosos, eles as fazem com os canhões assestados sobre esta cidade. Os poderes públicos estão em uma situação de coação.” (Pinheiro Machado, 1910, p. 205)

Pinheiro Machado argumenta que a concessão da anistia, nos moldes em que estava sendo proposta, poderia representar um grave enfraquecimento da autoridade estatal. Para ele, aceitar as exigências dos revoltosos enquanto estes ainda detinham o controle dos dreadnoughts – navios de guerra de última geração, que colocavam em risco a própria capital federal – seria ceder à coação, o que poderia estabelecer um precedente extremamente perigoso para o futuro da República.

Ele reforça essa preocupação ao declarar:

“O ato que a generosidade do ilustre senador pela Bahia sujeitou ao conhecimento desta assembléia não tem o característico primórdio que

deve ter um ato de magnanimidade: a liberdade de agir sem coação.”  
(Pinheiro Machado, 1910, p. 205)

Seu receio era claro: ao ceder diante de um movimento armado, o Estado estaria sinalizando que qualquer grupo, desde que suficientemente armado e disposto a enfrentar as autoridades, poderia obter concessões políticas ou institucionais. Esse cenário, segundo o senador, fragilizaria não apenas o governo vigente, mas a própria estrutura institucional da República.

A dimensão simbólica desse problema também é enfatizada:

“Pode e deve surgir, dentro do País e fora dele, a suspeita, senão a humilhante convicção, de que o princípio da autoridade – que principalmente os governos democráticos devem manter forte e intangível – foi profundamente ferido, com a nossa responsabilidade e co-participação.”  
(Pinheiro Machado, 1910, p. 205)

Além disso, ele teme que, uma vez aberta essa concessão, outros grupos possam seguir o mesmo caminho:

“Perturbando a ordem interna – esta é a minha convicção –, outros poderão amanhã levantar-se contra os poderes públicos; estarão prontos, ao primeiro movimento armado – embora proveniente de causas merecedoras de atenção, como as atuais.” (Pinheiro Machado, 1910, p. 206)

Essa leitura revela como a República Velha estava estruturada sobre um modelo que priorizava a ordem e a hierarquia social, frequentemente em detrimento de demandas populares, ainda que estas fossem reconhecidas como legítimas.

### 4.3 POSTURA CONDICIONAL

Diante desse dilema, Pinheiro Machado adota uma postura condicional em relação à anistia dos revoltosos. Sua posição não é, em nenhum momento, de recusa absoluta à medida. Pelo contrário, ele reconhece que a anistia é necessária, tanto por razões de justiça quanto por razões práticas. No entanto, defende que ela só deveria ser efetivada após a rendição dos marinheiros e a plena submissão destes à autoridade dos poderes constituídos.

Ele deixa essa posição muito clara ao dizer:

“A anistia não deve ser concedida, penso eu, na permanência de atos de força, provenientes, embora, de agravos por todos nós reputados justos. ”  
(Pinheiro Machado, 1910, p. 207)

Essa postura condicional reflete, de forma cristalina, a tensão permanente entre os princípios de legalidade, autoridade e justiça social que caracterizavam a Primeira República. Ao condicionar a anistia à rendição, Pinheiro Machado busca preservar o princípio da autoridade, evitando que a medida seja interpretada como fruto de imposição, medo ou pressão externa.

O próprio desfecho do episódio confirma essa lógica. Quando é informado, durante o próprio discurso, que os revoltosos aceitaram se render, ele imediatamente muda de postura:

“Portanto, no momento que dirijo a palavra ao Senado, não subsistem mais as objeções que formulei quando pela primeira vez ocupei esta tribuna. Junto, portanto, o meu aos esforços daqueles que apresentaram o projeto de anistia. ” (Pinheiro Machado, 1910, p. 225)

Pinheiro Machado encerra sua fala reafirmando que o episódio deve servir como lição para o Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito à proteção dos mais humildes:

“De modo que as horas de aflição por que passou a República sirvam de ensinamento de que devemos procurar cumprir os dogmas do nosso regime, mantendo a igualdade em todas as esferas sociais e, sobretudo, amparando e zelando pela sorte dos humildes. ” (Pinheiro Machado, 1910, p. 225)

Assim, a postura condicional adotada por Pinheiro Machado não deve ser lida apenas como uma estratégia política circunstancial, mas como expressão de uma concepção de Estado profundamente enraizada no ideário da Primeira República.

Nessa concepção, a ordem e a autoridade são valores inegociáveis, ainda que isso não implique ignorar as demandas sociais. O Estado pode, e deve, atender às reivindicações justas, mas sempre a partir de uma posição de força e soberania, nunca sob pressão de movimentos armados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos discursos de Pinheiro Machado durante a Revolta da Chibata evidencia que suas intervenções no Senado não se limitaram à descrição dos

acontecimentos, mas expressaram uma visão de mundo profundamente vinculada à lógica oligárquica e à defesa da ordem social característica da Primeira República. Ao reconhecer parcialmente as reivindicações dos marinheiros, especialmente no que se refere aos castigos corporais e às condições de vida a bordo, o senador articulou uma retórica de mediação que buscava apresentar o Estado como agente racional e civilizador, sem, contudo, comprometer os fundamentos da autoridade e da hierarquia social vigentes.

Os pronunciamentos analisados revelam, assim, os limites dessa mediação. A empatia demonstrada em relação ao sofrimento dos marinheiros esteve condicionada ao temor de que a concessão da anistia sob pressão representasse um abalo estrutural à autoridade republicana e abrisse precedentes considerados perigosos para a manutenção da ordem política. Nesse sentido, os discursos funcionaram como instrumentos de recomposição da ordem, reafirmando o papel das elites políticas como mediadoras legítimas dos conflitos sociais, conforme já apontado pela historiografia ao tratar os documentos como produtos de relações de poder e de interesses socialmente situados.

A divergência entre Pinheiro Machado e Rui Barbosa indica que, mesmo no interior das elites republicanas, existiam disputas quanto às estratégias de enfrentamento da crise. Embora ambos compartilhassem a preocupação com a preservação da ordem e da autoridade do Estado, divergiam quanto aos meios para alcançá-la. Enquanto Rui Barbosa defendia a anistia como solução possível para a pacificação do conflito, Pinheiro Machado insistia em condicioná-la à rendição e ao restabelecimento da disciplina, evidenciando diferentes concepções sobre os limites da negociação política em um contexto de crise social aguda.

Dessa forma, os discursos parlamentares analisados configuram-se como documentos privilegiados para compreender a cultura política da Primeira República, marcada pela tensão entre o reconhecimento controlado das demandas sociais e a preservação da ordem oligárquica. Ao serem investigados criticamente, tais discursos permitem acessar não apenas o episódio da Revolta da Chibata, mas também as mentalidades, os valores e os medos que estruturavam a atuação das elites políticas no início do século XX. Conforme destacam Cardoso e Vainfas, a análise histórica dos discursos possibilita compreender o passado como um campo

de disputas de sentido, no qual ideologia, poder e conflito se articulam de forma indissociável (CARDOSO; VAINFAS, 2011).

Ao evidenciar esses limites e contradições, o presente estudo contribui para o debate historiográfico sobre as relações entre poder, discurso e conflito social no Brasil republicano, reforçando a importância da análise crítica dos documentos para a compreensão das permanências e transformações da cultura política brasileira.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A República dos Bestializados: o povo e a política (1889-1894)**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NOGUEIRA, Renata Fernandes da Silva. **Muda a cidade, mudam-se as pessoas: repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada O Malho (1902-1910)**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, São Gonçalo, 2018.
- CARLOS, Arthuro Luiz Grechi de. **Rui Barbosa e a anistia na Primeira República (1892-1910)**. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2017.
- DEVINCENZI, Diego Spegiorin. **A crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- VILLAGRA NETO, Deomar. **A atuação política de Pinheiro Machado: o senador da conciliação do federalismo com a centralização na República Velha**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.
- DUARTE, Luiz Antônio Farias. **Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915: estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do marechal Hermes da Fonseca**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARTINS, Hélio Leôncio. **A Revolta dos Marinheiros, 1910.** (Brasiliana, v. 384). São Paulo: Editora Nacional; Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FONSECA, Hermes da. **Discurso de posse na presidência da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.**

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da história oral.* 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

## **APÊNDICE A – RELAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE PINHEIRO MACHADO EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.**

O levantamento a seguir foi realizado a partir de consultas aos repositórios digitais de teses e dissertações (BDTD/IBICT) e repositórios institucionais das universidades. Apresentam-se os resultados por instituição.

**Universidade de São Paulo (USP) – JORDAO, Sonia Brisolla.** Poncho gaúcho: pinheiro machado um líder nacional na república velha. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986 . Acesso em: 28 ago. 2025.

### **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**

**DEVINCENZI, Diego Speggorin.** *A crista do Chantecler: José Gomes Pinheiro Machado no jogo das mediações políticas brasileiras (1889-1915).* 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Acesso em: 28 ago. 2025.

**DUARTE, Luiz Antônio Farias.** *Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915: estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS).* 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Acesso em: 28 ago. 2025.

**CARLOS, Arthur Luiz Grechi de.** *Rui Barbosa e a anistia na Primeira República (1892-1910)*. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2017. Acesso em: 28 ago. 2025.

#### **Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)**

**DUARTE, Luiz Antônio Farias.** Comunicação: imprensa e poder no Brasil republicano: estudo interpretativo das relações dos jornais A Federação, Correio da Manhã, Correio do Povo e Tribuna da Imprensa com os políticos José Gomes Pinheiro Machado, Getúlio Dornelles Vargas e Artur da Costa e Silva. 2012. 456 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Acesso em: 28 ago. 2025.

#### **Universidade Federal de Pelotas (UFPEl)**

**VILLAGRA NETO, Deomar.** A atuação política de Pinheiro Machado: o senador da conciliação do federalismo com a centralização na República Velha. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. Acesso em: 28 ago. 2025.

#### **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)**

**SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos.** Rui Barbosa e Pinheiro Machado: disputa política em torno da candidatura e do governo do marechal Hermes da Fonseca. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 28 ago. 2025.